



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 007/2016.

EMENTA: Homologa Resolução “Ad Referendum” Nº 037/2015 do CEPE, a qual aprovou criação da disciplina intitulada: “DIREITO AMBIENTAL”, como optativa, na grade curricular do Curso de Agronomia, da Unidade Acadêmica de Garanhuns desta Universidade.

O Vice-Reitor no exercício da Presidência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco, no uso de suas atribuições estatutárias e considerando os termos da Decisão Nº 001/2016 do Pleno deste Conselho, em sua I Reunião Ordinária, realizada no dia 16 de fevereiro de 2016, exarada no Processo UFRPE Nº 23082.011943/2014-12,

R E S O L V E:

Art. 1º - Homologar, em sua área de competência, a Resolução “Ad Referendum” Nº 037/2015 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), a qual aprovou criação da disciplina intitulada: “DIREITO AMBIENTAL”, como optativa, na grade curricular do Curso de Agronomia, da Unidade Acadêmica de Garanhuns desta Universidade, cujo o Programa de disciplina encontra-se em anexo, conforme consta do Processo acima mencionado.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DOS CONSELHOS DA UFRPE, em 17 de fevereiro de 2016.

PROF. MARCELO BRITO CARNEIRO LEÃO
= VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA =



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 007/2016 DO CEPE).

PROGRAMA DE DISCIPLINA	
IDENTIFICAÇÃO	
DISCIPLINA: DIREITO AMBIENTAL	CÓDIGO: UAG00007
DEPARTAMENTO: Unidade Acadêmica de Garanhuns	ÁREA: Agronomia
CARGA HORÁRIA TOTAL: 45 h	NÚMERO DE CRÉDITOS: 3
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h	TEÓRICAS: 2h PRÁTICAS: 1h
PRÉ-REQUISITOS:	
CO-REQUISITOS:	
SEMESTRE/ANO DE APLICAÇÃO:	
OBJETIVOS	
O conteúdo programado na disciplina Direito Ambiental tem como proposta oferecer uma visão integrada da legislação ambiental brasileira, de estudantes enquanto cidadãos e cidadãs e enquanto profissionais. Busca-se despertar o senso crítico, o conhecimento legal técnico envolvido com a profissão para a atuação em laudos, relatórios, pareceres, atuações em conselhos e o desenvolvimento de práticas ambientalmente corretas nas atividades agrárias.	
EMENTA	
Estruturação do Direito Ambiental internacional e nacional: conceitos, histórico, princípios. Bens ambientais e Política Pública de Meio Ambiente nos âmbitos nacional e internacional; Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA e sua organização nos Estados e Municípios; Legislação e principais instrumentos de gestão ambiental; Agendas; Relatórios ambientais EIA/RIMA, RCA, PCA e atuação em laudos e pareceres. Responsabilidade e esferas administrativa, civil e criminal em questões ambientais.	
CONTEÚDOS	
1. PROPEDEÚTICA DO DIREITO AMBIENTAL 1.1 As diversas concepções de meio ambiente 1.2 As vertentes do pensamento ambientalista 1.3 Histórico do tratamento jurídico do ambiente 1.3.1 Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano – Estocolmo/72; 1.3.2 Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio/92; Rio +10, Rio + 20 1.4 Direito Ambiental e Direito Agrário- relações 1.5 Os princípios estruturantes do Direito Ambiental 1.5.1 princípio da prevenção, da precaução, da cooperação, da informação, da participação, do poluidor-pagador, do desenvolvimento sustentável, da responsabilidade, da soberania sobre os recursos naturais; 2 DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL 2.1 A Proteção internacional do ambiente 2.1.1 OMC, ONU, UNESCO, FAO, questões ambientais internacionais 2.2 Tratados 3 DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO 3.1 Tratamento Constitucional	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 007/2016 DO CEPE).

- 3.1.1 Repartição de competências (federalismo, competências legislativas e executivas, conflitos)
- 3.1.2 O meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem jurídico e direito subjetivo, a responsabilização por dano ambiental nas três esferas.
- 3.2 Bens Ambientais: Legislação Específica
 - 3.2.1 Direitos difusos e bens ambientais
 - 3.2.2 Fauna
 - 3.2.3 Flora
 - 3.2.4 Biodiversidade (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, acesso ao patrimônio genético, direitos de propriedade intelectual e biossegurança)
 - 3.2.5 Recursos hídricos
 - 3.2.7 Patrimônio cultural
 - 3.2.8 Jazidas minerais, patrimônio arqueológico e espeleológico
- 3.3 O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)
 - 3.3.3 Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (padrões de qualidade ambiental, zoneamento, licenciamento, EPIA/RIMA, auditorias ambientais e sanções administrativas)
- 3.4 Tutela Civil
 - 3.4.1 Responsabilidade objetiva, Danos
(visual, sonora, atmosférica, hídrica, do solo, genética, luminosa e outras)
 - 3.4.2 Instrumentos processuais (jurisdição civil coletiva, ação civil pública, ação popular e outras)
- 3.5 A Lei 9.605/98 e os crimes ambientais

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (quando houver)

01. Avaliação de dano ambiental e composição de relatório ambiental

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BENJAMIN, Antonio Herman V (coord.). Dano ambiental: prevenção, reparação e repressão. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
- BENJAMIN, Antônio Herman: “Desapropriação, Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente”. In *Temas de Direito Ambiental e Urbanístico*. Guilherme José Purvin de Figueiredo (Org.). São Paulo: Max Limonad, 1998
- CUNHA, S.B.; GUERRA, A.J.T. Avaliação e perícia ambiental. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 284 p.
- MACHADO, P.A.L. Direito ambiental brasileiro. 11ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003, 1064 p.
- MILARÉ, E. Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência e glossário. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ANTUNES, Paulo de Bessa, Direito Ambiental. Rio de Janeiro Lumen Juris 2005.
- CANOTILHO, JJ Gomes: crítica da jurisprudência ambiental. Proteção do ambiente e direito de propriedade, Coimbra Editora. 2005.
- PRADO, Luiz Regis. *Direito Penal do Ambiente*. 2ª edição. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2009.
- SIRVINSKAS. Luís Paulo. *Manual de Direito Ambiental*. 8ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2010.
- IAP/SEMA-PR. Manual de avaliação de impactos ambientais. Curitiba-PR: IAP/SEMA-PR, 1993, 300 p. Periódicos da CAPES – www.periodicos.capes.gov.br